

Ulysses ouvirá PMDB sobre mandato de Sarney

BRASILIA — O Presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, está comunicando a Governadores e dirigentes do partido que vai deflagrar nos próximos dias um processo interno de consultas sobre o prazo de duração do mandato do Presidente Sarney. Ao Líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ele manifestou sua convicção de que o prazo de cinco anos de mandato para Sarney é o mais adequado.

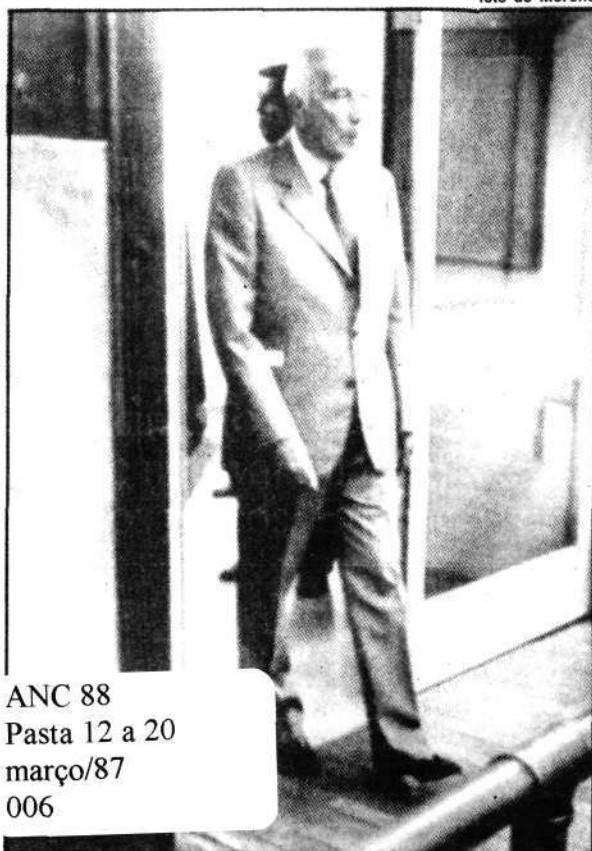
Ulysses não revelou a Fernando Henrique os motivos que o levaram a essa definição, mas há algum tempo tem manifestado a opinião de que a municipalização do pleito, pela coincidência com as eleições de Prefeitos, em 1988, não é conveniente. Ao mesmo tempo, já percebeu que será muito difícil um consenso em torno do prazo de quatro anos para Sarney.

O apelo do Presidente Sarney no sentido de que os partidos da Aliança Democrática deliberem rapidamente sobre a duração de seu mandato encontrou eco no PMDB. Os vários recados transmitidos por Parlamentares do PFL, até então, não eram levados a sério no PMDB.

Depois de adotar por dois dias um silêncio estratégico sobre a duração do mandato presidencial, Ulysses decidiu assumir a discussão no âmbito do partido. Ontem, ele comunicou ao Senador Fernando Henrique a disposição de iniciar o processo de consultas junto às principais lideranças. Revelou, ainda, sua preferência pelo mandato de cinco anos para Sarney.

Ulysses deseja conduzir o PMDB a uma decisão global sobre o mandato do Presidente e tenta evitar a divulgação de opiniões pessoais sobre o assunto. Ele entende que a discussão do tema já avançou muito e prega "uma decisão de responsabilidade partidária". Publicamente, contudo, o Presidente do PMDB não gosta de abordar a questão.

— Eu, como Presidente, não posso ficar emitindo opiniões pessoais — esquivou-se, sempre que lhe perguntam sobre o assunto.



ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
006

Ulysses defende mandato de cinco anos para Sarney

Uma das evidências do envolvimento do Presidente do PMDB na definição imediata do mandato do Presidente Sarney surgiu ontem, no final da tarde. Ao deixar o gabinete da Presidência da Câmara, o Governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, que tinha posição definida por um mandato de quatro anos com direito à reeleição, revisou a antiga postura. Alvaro Dias passou a reconhecer que um mandato de cinco anos é o mais adequado.

— Realizar eleições presidenciais em 1988, juntamente com os pleitos para as prefeituras, seria municipalizar as eleições. Isto é muito perigoso. Acabaremos fechando mesmo nos cinco anos. Sempre que uma parte puxa para cima e outra para baixo, acabamos no meio termo. Entre os seis e os quatro anos, ficaremos nos cinco — previu o Governador eleito.

Alvaro Dias lembrou ainda que em 1989 — quando deverá se realizar a eleição presidencial, se prevalecer a tese dos cinco anos de mandato — o PMDB estará mais articulado nos Estados.

O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que seu partido vai defender a manutenção do prazo do mandato do Presidente em seis anos, por razões jurídicas, mas acredita que politicamente poderá se chegar a um acordo em torno dos cinco anos.

Sant'Anna decide buscar um acordo

BRASILIA — Dois dias depois de considerar o momento inoportuno para tratar do assunto, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, anunciou ontem que começará a articular um pacto político entre os Parlamentares dos partidos da Aliança Democrática para fixar, nos próximos 60 dias, a duração do mandato do Presidente José Sarney. Sant'Anna defenderá a manutenção dos seis anos.

O Líder do Governo acha que existem razões de Estado — nacionais e internacionais — que exigem a definição do tempo que Sarney ainda terá pela frente para governar. Ele espera com o pacto antecipar as resoluções que definirão a ordem política do País na Constituinte.

Dentro dos próximos dias, Sant'Anna, que disse anteriormente que não tinha autorização do Presidente para encaminhar o assunto no Congresso, comunicará a Sarney a sua decisão de defender os seis anos.

Como Líder do Governo, ele acha óbvia a sua posição na defesa do atual texto constitucional, que prevê a duração do mandato em seis anos.

— Não é necessário explicar porquê defendo este prazo — disse Sant'Anna — mas espero conseguir a média das posições a partir da manifestação da base parlamentar. Vamos evitar os acordos de cúpula e de lideranças.

No início da noite de ontem, Sant'Anna afirmou que desconhecia qualquer entendimento entre o Presidente Sarney e o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, sobre a duração do mandato. Ele explicou que sua iniciativa de procurar um pacto é pessoal, desvinculada tanto dos interesses da cúpula do PMDB como do Palácio do Planalto.

O Presidente do Partido Socialista no Rio de Janeiro, Boris Nicolaevski, esteve ontem com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, para informar que a partir de hoje começará a recolher as 30 mil assinaturas necessárias para apresentar uma sugestão ao texto da nova Constituição.

A proposta que ele pretende apresentar tem por objetivo tornar o mandato do Presidente da República igual ao dos Deputados e Senadores. Com isso, as eleições para esses cargos seriam sempre realizadas no mesmo dia. Com essa iniciativa, terá início o "Movimento Pró-Coincidência", que pretende evitar especulações quanto às consequências da aprovação do projeto que trata dos atuais mandatos do Presidente Sarney e dos Deputados.



Passarinho preside a reunião da bancada. Mandato não estava na pauta

Executiva do PDS prefere não agravar as divergências

BRASILIA — O PDS não vai adotar uma posição em relação à duração do mandato do Presidente Sarney, informou ontem o Presidente do partido e seu Líder no Senado, Jarbas Passarinho. A Executiva Nacional do PDS, reunida ontem, preferiu nem debater a questão, por causa das reconhecidas divergências de opinião entre os períodos de quatro, cinco ou seis anos. "Cada Constituinte defenderá livremente sua opção", anunciou Passarinho.

A reunião tratou basicamente dos problemas de liderança na Câmara. O Líder, Deputado Amaral Netto, foi criticado por alguns Deputados, como Gérson Peres (PA) e Wilma Maia (RN), por assumir "posições de direita" em nome da liderança. Amaral aceitou a crítica.

— O Líder não pode ficar declarando nos jornais que é de direita. Eu, por exemplo, sou do PDS mas sou de centro — protestou Gérson Peres.

Na tentativa de evitar quaisquer "rachas" na pequena bancada do PDS, seu Presidente afirmou que as

posições pessoais deverão ser respeitadas ao máximo pelas lideranças. Um dos exemplos de divergência é a preferência por um sistema parlamentarista de Governo demonstrada pelo Deputado Bonifácio de Andrada (MG), contra a opção presidencialista do próprio Passarinho.

O que Passarinho quer, como Presidente do partido, é que suas bancadas deem prioridade à reeleitura do programa partidário, para estabelecer uma linha geral de comportamento na Constituinte. Dentro desse objetivo, haverá nova reunião da Executiva na próxima quarta-feira, para que o Deputado Delfim Netto (SP) e os Senadores Roberto Campos (MT) e Virgílio Távora (CE) debatam questões de ordem econômica. Passarinho falará de assuntos da Previdência.

A exemplo do que fez o PMDB, o PDS decidiu ontem adiar as eleições dos Diretórios Municipais, que seriam em abril e só devem realizar-se em 88.

Presidente espera para fazer ajustes

BRASILIA — Os ajustes que o Governo planeja efetuar na economia estão por trás da ofensiva do Presidente José Sarney junto à classe política por uma rápida definição da duração do seu mandato. Segundo fontes próximas ao Presidente, ele está convencido de que é necessário aumentar o saldo da balança comercial, estacionado na faixa dos US\$ 150 milhões, mas sabe que para aumentar as exportações terá de adotar medidas que classifica de "austeras" no plano interno.

Como não espera contar com apoio popular para essas medidas, Sarney busca apressar a definição do mandato, através de um amplo entendimento político. O Presidente, segundo as mesmas fontes, acha que o Governo não pode ficar imobilizado por um confronto permanente com a Assembléia Nacional Constituinte, o que inevitavelmente acabaria por ocorrer enquanto a questão do mandato estivesse em suspenso.

O mesmo problema, por sinal, foi enfrentado na Constituinte de 1946. Alertado pelo Senador Octávio Mangabeira de que a pendência sobre seu mandato acabaria por polarizar os debates da Assembléia, o Presidente Eurico Gaspar Dutra preferiu ele mesmo propor a redução de sua gestão, de seis para cinco anos.

A expectativa do Palácio do Planalto é a de que a Constituinte defina o mandato de Sarney por um período de cinco anos. Não causam muita apreensão as declarações de algumas lideranças do PMDB que pregam a fixação de quatro anos. O Presidente, por exemplo, tem a informação de que o Senador Mário Covas, o Parlamentar mais votado nas últimas eleições, gostaria que o seu mandato fosse de quatro anos, mas no fundo acha que ele será mesmo de cinco, o que Sarney aceita.

A equação montada no Palácio para governar a crise econômica, tanto no plano externo como interno, passa pelo aumento das exportações e redução do consumo interno, e pela criação de uma comissão para tratar da renegociação da dívida externa, para a qual Sarney pensa até mesmo em convidar alguns Parlamentares. O Presidente, segundo as fontes, poderia simplesmente deflagrar as medidas necessárias, mas está convencido de que "o caminho da popularidade está bloqueado" e de que a saída, portanto, está no entendimento com os políticos.

A crise econômica, na verdade, é o que tem concentrado as atenções de Sarney, que chega se irrita quando alguém aborda temas polêmicos como a reforma do Ministério. "Não quero falar sobre isso", diz.